

Sessão 4: Integração Globalizada e Vantagens Competitivas

No mundo contemporâneo, o fenômeno da integração econômica, também denominado de globalização, entre empresas, regiões e nações, é tema de debate cotidiano no seio da sociedade, em face do que este pode representar à inclusão ou exclusão, desenvolvimento ou subdesenvolvimento, de empresas, regiões e nações, depende de como estes se integram neste processo.

O desenvolvimento da economia capitalista está associado diretamente a este fenômeno, em sua busca por novos mercados, face às flutuações cíclicas conseqüentes deste modo de produção. A busca por vantagens absolutas e comparativas, após a revolução industrial, cede espaço agora a busca por vantagens competitivas. Ficar fora deste processo, representa atraso e isolamento, a exemplo do que ocorre em países com economias fechadas, como Cuba e Coréia do Norte, que não conseguem atender todas as demandas de uma sociedade moderna, seja em suas trocas comerciais de bens e serviços, seja no desenvolvimento da ciência e tecnologia, seja na industrialização de suas economias, atividades econômicas necessárias a sua subsistência.

Na economia global, empresas multinacionais têm assumido o papel de protagonista deste processo, em detrimento dos Estados-Nações, ainda que estes tenham um papel coadjuvante, na regulamentação, na infraestrutura, e, na captação de recursos, necessários a implementação e a sustentação deste. A perda de importância dos Estados-Nações frente às empresas multinacionais no processo de globalização, ou seja, no processo de integração econômica, e, o modelo de desenvolvimento fragmentado em curso, face ao aproveitamento das vantagens competitivas de empresas, regiões e nações, enseja a formação de Blocos Econômicos.

Os Blocos Econômicos (Blocos de Países), por sua vez, assumem o papel de Estados-Regiões ou Estados-Supranacionais, aglutinando atividades econômicas de países e/ou regiões com vistas a melhor exploração dos fatores de produção: capital, trabalho, ciência e tecnologia, e, recursos naturais, este último, com menos importância de quando o período mercantil.

No estágio do capitalismo concorrencial, empresas buscam incessantemente obter ganhos de produtividade, com vistas à acumulação do capital, necessário a sua expansão. Daí, o aproveitamento das vantagens competitivas de empresas, regiões e nações ser impositivo. O capital busca sua expansão na região e/ou país onde essas vantagens competitivas se afluam em maior intensidade. O modo de produção capitalista se apresenta como modelo de desenvolvimento fragmentado, onde algumas empresas, regiões e nações atingem um maior grau de desenvolvimento do que outras. Conseqüentemente este modelo aumenta o fosso e a assimetria entre empresas, regiões e nações.

O desenvolvimento e controle da ciência e tecnologia são peça-chave deste modelo de desenvolvimento, no mundo globalizado. Empresas, nações e regiões que não conseguem acompanhar este processo, com desenvolvimento e domínio da ciência e tecnologia, estão

fadadas à falência e ao subdesenvolvimento. O avanço do capitalismo concorrencial, onde as vantagens competitivas são a mola propulsora, traz consigo o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Neste estágio, as fusões e aquisições, assumem este papel, com vistas à expansão do capital, e, conseqüente sobrevivência de empresas, regiões e nações.

Sub Sessão 4.2: Macro Integração: Blocos de Nações:

Referencial Teórico e Contextualização

Para Machlup (1976), o termo integração indica a combinação de economias separadas em grandes regiões econômicas. Após a segunda guerra mundial, o termo integração se torna uma aspiração de povos e nações com vistas a diminuir as tensões pós-guerra. A palavra integração passa a fazer parte do vocabulário dos debates das relações internacionais e nacionais sobre crescimento e desenvolvimento econômico. No entanto, o termo integração apresenta divergências conceituais: a integração vista como processo, e, a integração vista como um estado final; e quanto ao objeto da integração: pessoas, áreas, mercado, produção, bens, políticas, etc.

Há também, convergência de conceitos da integração: no que se refere basicamente à divisão internacional do trabalho; à mobilidade de fatores e de bens, ou ambos; e à discriminação ou à não-discriminação de bens e fatores. A integração econômica pode assumir vários níveis: (1) Nacional, quando envolve várias regiões de um país; (2) Regional, quando envolve diferentes países num bloco econômico; (3) Universal, quando envolve a integração de todos os países num único bloco econômico. Ainda, segundo Machlup:

“A integração econômica geral das economias sob consideração não se refere a indústrias ou setores específicos nem a fatores ou produtos, intermediários ou finais, mas sim à totalidade das atividades econômicas da região (país, bloco, ou o mundo todo). Ela é uma integração de todos os recursos produtivos disponíveis espalhados na região para a produção de todos os muitos bens e serviços demandados, dados as condições, reais ou potenciais, de venda. Ela é constituída por completo entrelaçamento e interdependência de todos os setores econômicos, industriais, subsetores e quaisquer outras atividades, numa aproximação, a maior possível, do modelo de equilíbrio geral em um sistema com mobilidade irrestrita de todos os fatores móveis e produtos intermediários ou finais.”¹

Pode-se afirmar que a integração econômica, se alicerça na divisão internacional do trabalho, na teoria do comércio internacional, na especialização da produção, na busca por vantagens absolutas e comparativas, e, posteriormente na busca por vantagens competitivas. Esta visão, não se opõe ao modelo de Hecksler-Ohlin: o padrão de comércio é estabelecido pela dotação relativa dos fatores de produção dos países envolvidos; e nem ao teorema da equalização dos preços dos fatores, Samuelson: os preços são igualados pelo comércio das mercadorias, mesmo na ausência de mobilidade dos fatores de produção.

¹ MACHLUP, F. (1976), p. 63. In: ROLIM, C. F. C., (1994), p. 57.

Para Viner, uma união aduaneira tem efeitos dúbios sobre o bem-estar, na medida em que seus principais efeitos, criação de comércio e distorção de comércio, são conflitantes. Quando da criação do comércio, há substituição de produtos de alto custo de um país membro por produtos de baixo custo de outro. Já, quando da eliminação de barreiras, interna ao grupo, e, manutenção de barreiras externas ao grupo, há substituição de produtos de baixo custo produzidos no resto do mundo por produtos de alto custo produzidos internamente.

Em contraposição a esta argumentação, a CEPAL, para a América Latina, defende uma abordagem desenvolvimentista, onde um certo protecionismo pode “ampliar o mercado, obter economias de escala e, mediante um processo de aprendizado, auferir os benefícios dinâmicos decorrentes do aumento da produtividade.”²

Para Balassa, a integração é um processo que visa suprimir as discriminações entre unidades econômicas pertencentes a diferentes países, e a passagem para um esquema em que todas as economias nacionais sejam tratadas de igual modo.

A abordagem de Balassa, teve como pano de fundo, a formação do Mercado Comum Europeu, pós-segunda guerra mundial, em que o autor explicita sua reação à intervenção estatal nas economias nacionais, advogando o supranacionalismo; à não restrição ao livre comércio; à necessidade de diminuir as flutuações cíclicas do capitalismo; e, à promoção do crescimento dos países. Vale destacar, que na época, a principal motivação da integração europeia era política, visava à diminuição da beligerância entre as nações europeias, e, a constituição de uma terceira força na nascente guerra fria.

Aceitava-se maior intervenção estatal em países subdesenvolvidos sob a alegação de que neles a presença do Estado era fundamental para promover a integração e alcançar o desenvolvimento.

“No que diz respeito aos países subdesenvolvidos, o crescimento econômico surge como consideração primordial. Os países que seguem os conselhos dos defensores da doutrina do crescimento equilibrado podem procurar a integração econômica a fim de assegurar um mercado suficientemente vasto para o desenvolvimento paralelo de novas indústrias. Ao levar a cabo programas de industrialização, tornar-se-á importante o aproveitamento de economias de escala, que não são possíveis nos reduzidos mercados nacionais. Alega-se que o estabelecimento de uma união intensifica o desenvolvimento econômico por meio do poder de negociação e da redução da vulnerabilidade externa dos países-membros.”³

A integração é vista como um processo e como um estado de coisas, este vinculado basicamente à ampliação do comércio. Nesta perspectiva, Balassa apresenta uma classificação quanto às formas de integração, considerada clássica:

² BLEJER, M. I. (1984), p. 35. In: ROLIM, C. F. C., (1994), p. 59.

³ BALASSA, B. (1961), p. 18. In: ROLIM, C. F. C., (1994), p. 60.

“As diversas formas de integração econômica representam graus variados de integração. Em uma ‘Área de Livre-Comércio’, ficam abolidas as tarifas alfandegárias (e as restrições quantitativas) entre os países participantes, porém cada país mantém suas próprias tarifas em relação aos não-membros. O estabelecimento de uma ‘União Aduaneira’ implica, além da supressão da discriminação no que se refere aos movimentos de mercadorias dentro da União, o estabelecimento de uma barreira alfandegária comum contra países não-pertencentes à União. Em um ‘Mercado Comum’, obtém-se uma forma mais elevada de integração econômica, com a abolição não apenas das restrições comerciais, mas também das restrições aos movimentos de fatores. Uma ‘União Econômica’, coisa distinta do um mercado comum, combina a supressão das restrições aos movimentos de mercadorias e de fatores, com um grau de harmonização das políticas econômica, monetária, fiscal, social e anticíclica. Finalmente a integração econômica total pressupõe a unificação das políticas econômicas, fiscal, etc. e requer o estabelecimento de uma autoridade supranacional, cujas decisões obriguem aos estados-membros.”⁴

Para Myrdal, a integração é algo bastante complexo, como um processo, onde as chamadas variáveis econômicas perdem importância frente à dinâmica global de sociedade. Segundo ele, o conceito de integração econômica traz embutida uma grande carga valorativa.

“... as pessoas têm valorizações diferentes e contraditórias e, portanto, designam coisas diferentes quando falam da integração econômica como algo desejável...”⁵

Ainda segundo Myrdal, o ideal da igualdade de oportunidades para todos só foi possível por meio de uma forte intervenção do Estado. Intervenção essa, ainda mais importante para os países subdesenvolvidos.

“Essas ações foram quase sempre ‘discriminatórias’ no sentido de que favorecem algumas indústrias, alguns grupos sociais e algumas regiões geográficas às expensas de outras.”⁶

Para Perroux, a integração econômica diz respeito à órbita dos pólos de desenvolvimento, indústria-motriz, complexos industriais, etc. argumentação, baseada no reconhecimento da organização econômica, em grandes grupos de empresas, com forte interdependência técnica e financeira... e é vista como um processo em que a fronteira nacional tem menos importância, na medida em que empresas pertencem e/ou atuam no espaço econômico, em detrimento do espaço geográfico.⁷

Para Boudeville, a integração, nacional e internacional, apresenta três significados: (1) semelhança, homogeneidade de rendas e gênero de vida; (2) a interdependência de

⁴ BALASSA, B. (1964), pp. 7-8. In: ROLIM, C. F. C., (1994), p. 63.

⁵ MYRDAL, G. (), p. 573. In: ROLIM, C. F. C., (1994), p. 63.

⁶ MYRDAL, G. (1967), p. 49. In: ROLIM, C. F. C., (1994), p. 66.

⁷ Vide em ROLIM, C. F. C., (1994), p. 66.

atividades econômicas, que se reflete no fluxo de comércio e na integração de mercados. (3) a existência de instituições governamentais comuns.⁸

Segundo Holland, estágios mais avançados de integração podem agravar, ao invés de reduzir, os problemas regionais dentro de cada país. Ele polariza a discussão entre o que chama “integração negativa” ou de “equilíbrio” e “integração positiva” ou “intervencionista”.⁹

Vantagens Competitivas das Nações

Em contraposição a alguns autores, Michael Porter, além de defender as vantagens competitivas das empresas, enfatiza as vantagens competitivas do Estado-Nacional no mundo globalizado, a fim de assegurar a ampliação e melhor funcionamento dos mercados, bem como, corrigir suas distorções.

“Em um mundo de crescente competição global, as nações tornam-se mais importantes. À medida que a base da competição se voltou mais e mais para a criação e assimilação do conhecimento, o papel da nação cresceu... ...A vantagem competitiva é criada e sustentada por meio de um processo altamente localizado.... ...Diferenças de valores, culturas, estruturas econômicas, instituições e histórias entre as nações contribuem para o sucesso competitivo... ...nenhuma nação conseguirá ser competitiva em todos ou mesmo na maioria dos setores industriais. ...as nações têm sucesso em certos setores porque seu ambiente interno é o mais avançado, dinâmico e desafiador.”¹⁰

Para Porter, o Diamante da Vantagem Nacional são atributos amplos de um país. O papel do Estado-Nacional é de criar: Condições de Fatores: mão de obra habilitada ou infraestrutura necessária para competir em um dado setor; Condições de Demanda: Natureza da demanda do mercado interno para os produtos e serviços do setor; e Setores Industriais Correlatos e de Apoio: presença ou ausência de indústrias de fornecedores e outros setores correlatos internacionalmente competitivos; Estratégia, Estrutura e Rivalidade Firmes: condições que um país apresenta, onde as empresas são criadas, organizadas e gerenciadas, bem com a natureza da rivalidade interna.

“O papel adequado do governo é o de catalisador e de desafiador; é o de encorajar – ou mesmo forçar – as empresas a ampliarem suas aspirações e a se deslocarem para níveis mais altos de desempenho competitivo. ...O governo não pode criar setores competitivos; somente as empresas podem fazer isto. ...As políticas do governo que têm sucesso são aquelas que criam um ambiente no qual empresas possam ganhar vantagem competitiva mais do que aquelas que envolvem o governo diretamente no processo, exceto em nações ainda no início do processo de desenvolvimento. ...Desregulamentar um setor protegido, por exemplo, levará logo a falências e

⁸ BOUDEVILLE, J. (1973), p. 27. In: ROLIM, C. F. C., (1994), p. 66.

⁹ HOLLAND, S. (1976). In: ROLIM, C. F. C., (1994), p. 69-70.

¹⁰ PORTER, Michael E. (1998). p. 11-28.

somente mais tarde ao aparecimento de empresas mais fortes e mais competitivas.”
11

Algumas Conclusões

Esta sessão pretendeu contextualizar e fornecer elementos para a análise e entendimento do processo de integração econômica. De como se inserir neste processo de forma a obter vantagens competitivas, visando o desenvolvimento sustentado de empresas, regiões e nações, ou seja, como sobreviver à aldeia global.

Observa-se que o fator de convergência do processo de globalização é a criação de mercados. Face ao esgotamento da capacidade de acumulação e expansão do capital nos países do primeiro mundo. Esta integração tem estreita ligação a interdependência. A integração tem motivações de natureza econômica: criação de novos fluxos comerciais; ampliação da escala de produção, ampliando a dimensão de mercados; decorre dos efeitos da concorrência; e dos efeitos de localização. E motivação de natureza política: como estratégia para manter a paz e preservar a democracia liberal; melhorar a capacitação e o nível de vida da população; proporcionar melhores condições de defesa do meio ambiente.

No mundo globalização, os Blocos de Nações se justificam na esteira da ampliação dos mercados: pois, permitem o aumento dos rendimentos e do comércio; o aumento dos investimentos; promovem o desenvolvimento regional; e, asseguram a democracia e os direitos humanos.

Conclui-se que a integração é uma imposição do processo de globalização e da intensificação da competitividade internacional; a teoria da integração apesar de surgir no período Keynesiano, o discurso neoliberal tem prevalecido; a macro integração de Blocos de Países e as vantagens competitivas em mercados integrados podem promover o desenvolvimento e bem estar da coletividade, dependendo de como empresas, regiões e nações se integram neste processo.

Por fim, repensar novas formas de integração e de desenvolvimento econômico, entre empresas, regiões e nações, visando o bem-estar social, e, a equidade entre povos, é o desafio da sociedade moderna para este milênio.

Bibliografia:

BALASSA, Bela. Teoria da Integração Econômica. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1972.

ROLIM, C. F. C. Integração x integração: a busca de conceitos perdidos. In: LAVINAS, Lena et al. (Org.). Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1994.

PORTER, Michael E. et MONTGOMERY, Cynthia A . **ESTRATÉGIA, A Busca da Vantagem**. Harvard Business Review Book. Rio de Janeiro, 1998.

¹¹ PORTER, Michael E. (1998). p. 11-28.